



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO

Número da Inscrição: _____

Data: 29 de abril de 2013

PROCESSO SELETIVO PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES DA
COMARCA DE MARMELEIRO – PR

PROVA ESCRITA – JUIZ LEIGO

INSTRUÇÕES:

1. Leia as questões abaixo e responda com calma.
2. A interpretação das questões faz parte da prova.
3. Assinale com um “x” a resposta correta.
4. Para cada questão há apenas uma resposta correta. Se forem assinaladas duas ou mais alternativas para uma mesma questão, esta será anulada.
5. As questões discursivas devem ser redigidas de forma legível, clara e objetiva, observadas as regras de gramática. O uso correto da língua portuguesa também será considerado na avaliação da questão.
6. O candidato deverá apenas identificar a prova com o seu número de inscrição no local indicado acima. Em nenhum momento o candidato poderá escrever o seu nome na prova ou fazer qualquer sinal identificador (desenhos, marcas, rubricas etc.).
7. Ao término da prova, os três últimos candidatos que restarem em sala, deverão entregá-la conjuntamente.
8. É proibido o uso de equipamentos eletrônicos e de qualquer material de consulta para a realização da prova, sob pena de exclusão do candidato do certame.

BOA SORTE!

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



1) Acerca da Lei 9.099/95, julgue as assertivas abaixo (0,4 pontos):

I. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

II. A opção pelo procedimento da Lei 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de setenta salários mínimos, excetuada da hipótese de conciliação.

III. O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

IV. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) I, III, IV.
- d) I, II, III.
- e) Todas as assertivas são corretas.

2) Acerca da Lei 9.099/95, assinale a alternativa **CORRETA** (0,4 pontos):

- a) Microempresa não pode ser parte no Juizado Especial Civil.
- b) Município pode figurar no polo passivo de uma ação de cobrança no âmbito do Juizado Especial Civil.
- c) De acordo com a Lei nº. 9.099/95, não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- d) Na sentença o juiz sempre deve condenar a parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios.
- e) São admitidos a assistência e o litisconsórcio no Juizado Especial Cível.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



3) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas (0,4 pontos):

- I. As causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário-mínimo;
- II. A ação de despejo para uso de terceiro;
- III. As causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- IV. As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salários mínimos.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas III e IV.
- e) Todas as assertivas são incorretas.

4) Sobre a Lei 9.099/95, responda (0,4 pontos):

I. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidente de trabalho, resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial;

II. A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de quarenta vezes o salário mínimo, excetuada a hipótese de conciliação.

III. O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, exceto para fins de conciliação.

IV. O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas III e IV.
- e) Todas as assertivas são corretas.

5) Sobre a Lei 9.099/95, responda levando em consideração os ditames da lei e os enunciados do FONAJE (0,4 pontos):

I. As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público podem propor ação perante o Juizado Especial.

II. As pessoas físicas capazes, cessionárias de direito de pessoas jurídicas, podem propor ação perante o Juizado Especial.

III. Nas causas de valor até dez salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

IV. O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, III.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas II e III.
- e) Todas as assertivas.

6) Em relação à Lei 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA** (0,4 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

b) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

c) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

d) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

e) O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

7) Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto aos Enunciados do FONAJE (0,4 pontos):

a) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

b) A sentença que homologa o laudo arbitral é irrecorrível.

c) Os bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não essenciais à habitabilidade, são penhoráveis.

d) O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.

e) Não é cabível a tutela acautelatória nos Juizados Especiais Cíveis.

8) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos Enunciados do FONAJE (0,4 pontos):

a) Não é admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

b) Finda a instrução, não são obrigatórios os debates orais.

c) Os embargos à execução não poderão ser decididos pelo juiz leigo, ainda que observado o art. 40 da Lei n° 9.099/1995.

d) Não é cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



e) Contra decisões das Turmas Recursais não é cabível o Recurso Extraordinário.

9) Nos termos da Lei 9.099/95, analise (0,4 pontos):

I. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

II. É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

III. Os pedidos poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o valor de alçada dos Juizados.

IV. Registrado o pedido, realizada obrigatoriamente a distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

V. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- a) I e IV
- b) II, III, IV.
- c) Somente a alternativa IV.
- d) Somente as alternativas II e V.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

10) Nos termos da Lei 9.099/95, analise (0,4 pontos):

I. A citação conterà cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano.

II. Admite-se, excepcionalmente, a citação por edital.

III. Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



IV. O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação.

V. As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, III e V
- b) I, III, IV.
- c) I, II e III.
- d) Somente as alternativas II e V.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

11) Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, conforme a Lei 9.099/95 (0,4 pontos):

I. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

II. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença sem eficácia de título executivo.

III. O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

IV . A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

V. É admitida a reconvenção.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II e V

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) Somente as alternativas I e V.
- e) I, III e IV.

12) Analise as assertivas abaixo, considerando a Lei 9.099/95 (0,4 pontos):

I. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

II. As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

III. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

IV. A prova oral será sempre reduzida a escrito.

V. A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I e III.
- d) II, IV e V
- e) I, III e IV.

13) Assinale a alternativa **CORRETA** com base na Lei 9.099/95 (0,4 pontos):

a) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida quando o pedido for genérico.

b) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

c) Da sentença, inclusive a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

d) O recurso será julgado por uma turma composta por cinco Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

e) No recurso, as partes serão facultativamente representadas por advogado.

14) Considerando os dispositivos da Lei 9.099/95 e os Enunciados do FONAJE, julgue as assertivas abaixo (0,4 pontos):

I. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão, e, quando interpostos contra sentença, interromperão o prazo para recurso.

II. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, hipótese na qual é necessária sua condenação em custas.

III. Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora.

IV. A penhora é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial.

V. Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbado ou retido pela secretaria.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II, III e V.
- c) I, II, IV e V
- d) II, III e V
- e) Todas estão corretas.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



15) No que tange aos Enunciados das Turmas Recursais e do FONAJE, analise (0,4 pontos):

I. A inscrição em órgãos de restrição ao crédito baseada em fatura irregular, contendo cobrança de serviços não contratados ou ligações não realizadas, acarreta dano moral.

II. A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário caracteriza prática abusiva, comportando indenização por dano moral e, se tiver havido pagamento, restituição em dobro, invertendo-se o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, visto que não se pode impor ao consumidor a prova de fato negativo.

III. A inscrição, em órgãos de restrição ao crédito, de dívida com origem em data posterior à solicitação de encerramento da conta bancária acarreta dano moral. Neste caso, inverte-se o ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC), sem prejuízo da análise da verossimilhança da alegação do consumidor.

IV. Rescindido o contrato de arrendamento mercantil, os valores pagos a título de valor residual garantido (VRG) devem ser restituídos ao arrendatário, na forma simples.

V. A interrupção de corrente de energia elétrica caracteriza falha na prestação do serviço e o dever de indenizar por eventuais danos (morais e materiais) causados ao consumidor, visto que se trata de responsabilidade objetiva.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- d) Somente a alternativa IV está incorreta.
- e) Somente as alternativas IV e V estão incorretas.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



16) Com base no CPC, analise as proposições abaixo e marque a alternativa **CORRETA** (0,4 pontos):

I. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, independente de notificação do mandante a respeito, com cessação imediata de sua responsabilidade.

II. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em Juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes, obrigando-se, nestes casos, a, independentemente de caução, exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável até outros 15 (quinze), por despacho do juiz, sob pena de os atos não ratificados no prazo serem havidos por inexistentes, respondendo o advogado por despesas e perdas e danos.

III. O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele; e ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- c) Todas as afirmativas estão corretas;
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.
- e) somente a afirmativa I está correta.

17) Segundo a Lei dos Juizados Especiais Criminais, aberta a audiência, o juiz dará a palavra ao defensor para responder à acusação e, recebendo a denúncia ou queixa, observará a seguinte ordem de instrução processual (0,4 pontos):

a) Interrogatório do acusado/ oitiva das testemunhas de defesa/ oitiva das testemunhas de acusação / oitiva da vítima/ debates orais / sentença.

b) Oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ interrogatório do acusado/ debates orais / prolação de sentença.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



c) Debates orais/ interrogatório do acusado/ oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ prolação de sentença.

d) Interrogatório do acusado/ oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ debates orais/ prolação de sentença.

e) Oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ oitiva da vítima/ interrogatório do acusado/ debates orais/ prolação de sentença.

18) Com base na Lei 12.153/2009, julgue as assertivas abaixo (0,4 pontos):

a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

b) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 salários mínimos.

d) O juiz não poderá, de ofício, deferir providências cautelares e antecipatórias no curso do processo.

e) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

19) O STF, no âmbito da ADI 4424, assentou que a natureza das ações penais em relação aos crimes de lesão corporal leve e ameaça praticados contra a mulher possuem a seguinte natureza, respectivamente (0,4 pontos):

a) condicionada à representação e incondicionada.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



- b) incondicionada e incondicionada.
- c) incondicionada e condicionada à representação.
- d) condicionada à representação e privada.
- e) condicionada à representação e condicionada à representação.

20) De acordo com o Código Civil, é **CORRETO** afirmar (0,4 pontos):

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) São absolutamente incapazes, para todos os atos da vida civil, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- e) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis em qualquer hipótese.

21) Analise o caso abaixo:

Em um determinado processo, João da Silva é autor e Banco X é réu. João alegou que nunca estabeleceu qualquer relação jurídica com a parte ré e, mesmo assim, teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito pela mencionada instituição bancária, sob o fundamento de que não foram adimplidas as prestações de um contrato de mútuo bancário no valor de R\$ 10.000,00, realizado em 09/03/2012. Aduziu, ainda, que perdeu seus documentos em 23/02/2012, conforme boletim de ocorrência que juntou aos autos, e que a inscrição indevida gerou inúmeros gravames à sua pessoa. Postulou, ao final, a declaração de inexistência da relação contratual, a retirada de seu nome dos cadastros de maus pagadores e a condenação da parte ré ao pagamento de danos morais em montante a ser fixado

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais

